

“RESPEITA A POLÍCIA”: A VIOLÊNCIA POLICIAL COMO UMA MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL

**"RESPECT THE POLICE": POLICE VIOLENCE AS A MANIFESTATION OF
VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZIL**

**"RESPETA A LA POLICÍA": LA VIOLENCIA POLICIAL COMO MANIFESTACIÓN
DE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN BRASIL**

Daiane Carvalho⁵⁹

Resumo

Esta pesquisa objetiva compreender como a violência policial atinge as mulheres no Brasil. Para isto, parte da indagação de quais são as formas da violência praticadas por agentes do Estado contra as vítimas. A motivação para tal, corrobora com o exercício de ampliar o debate da violência de gênero, evidenciando os atos de violência estatal perpetrados por policiais e justificados pelo Estado. A insuficiência de estatísticas oficiais, levaram a análise de notícias e, assim, a mídia surge como ponto de partida, ou melhor, como uma modalidade de coleta de informações de expressões de violências pouco investigadas e visibilizadas em pesquisas ou relatórios. A partir da seleção de uma amostra de notícias o estudo observa que as mulheres estão expostas a violências cotidianas praticadas por agentes da segurança pública. As manifestações violentas ocorrem, predominantemente, em via pública são físicas e verbais sendo as últimas, explicitamente, carregadas de uma gramática sexista, racista e transfóbica. Dos 22 casos analisados, 8 notícias não expressam de nenhuma forma a identidade racial da vítima, o que compõe 36,4% da amostra. Das matérias que possibilitaram a apreensão dessa categoria de análise, em 11 delas as vítimas eram negras (50%) e em 3 as vítimas eram brancas (13,6%). Em maioria, os casos ocorreram em bairros periféricos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação a violência letal, 83% das vítimas da letalidade policial eram mulheres negras. Observamos a relevância dos marcadores de raça e território para a compreensão do fenômeno da violência policial contra mulheres, uma vez que ele atinge desproporcionalmente corpos negros em territórios racializados. Percebemos que no caso das violências policiais contra as mulheres entra em cena um novo dispositivo que são os vídeos. As imagens aparecem como principal instrumento de denúncia de

⁵⁹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduanda em Direito na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), e-mail: daianedascarvalho@gmail.com.

uma manifestação invisibilizada da violência estatal no Brasil, capazes inclusive de contrariar as versões da polícia.

Palavras-chaves: Violência; Gênero; Mulheres; Polícia; Estado.

Abstract

This research aims to understand how police violence affects women in Brazil. For this, it starts from the question of what are the forms of violence practiced by State agents against victims. The motivation for this corroborates the exercise of broadening the debate on gender violence, highlighting the acts of state violence perpetrated by police officers and justified by the State. The insufficiency of official statistics led to the analysis of news and, thus, the media emerges as a starting point, or rather, as a modality of collecting information on expressions of violence that are little investigated and made visible in research or reports. From the selection of a sample of news, the study observes that women are exposed to daily violence practiced by public security agents. Violent demonstrations predominantly occur on public roads, they are physical and verbal, the latter being explicitly loaded with a sexist, racist and transphobic grammar. Of the 22 cases analyzed, 8 news items do not express the victim's racial identity in any way, which makes up 36.4% of the sample. Of the articles that allowed the apprehension of this category of analysis, in 11 of them the victims were black (50%) and in 3 the victims were white (13.6%). Most cases occurred in peripheral neighborhoods of the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. Regarding lethal violence, 83% of victims of police lethality were black women. We observed the relevance of race and territory markers for understanding the phenomenon of police violence against women, since it disproportionately affects black bodies in racialized territories. We realize that in the case of police violence against women, a new device comes into play, which are videos. The images appear as the main instrument for denouncing an invisible manifestation of state violence in Brazil, even capable of contradicting the versions of the police.

Keywords: Violence; Gender; Women; Police; State.

Resumen

Esta investigación pretende comprender cómo afecta la violencia policial a las mujeres en Brasil. Para ello, empieza preguntándose cuáles son las formas de violencia perpetradas por los agentes del Estado contra las víctimas. La motivación para ello, corrobora con el ejercicio de ampliar el debate sobre la violencia de género, poniendo de relieve los actos de violencia de estado perpetrados por agentes de policía y justificados por el estado. La insuficiencia de estadísticas oficiales llevó al análisis de noticias y, así, los medios de comunicación surgen como punto de partida, o mejor, como forma de recoger información de expresiones de violencia poco investigadas y visibilizadas en investigaciones o informes. A partir de la selección de una muestra de noticias, el estudio observa que las mujeres están expuestas a la violencia cotidiana practicada por los agentes de seguridad pública. Las manifestaciones violentas se producen, predominantemente, de forma pública, física y verbal, siendo estas últimas, explícitamente cargadas de una gramática sexista, racista y transfóbica. De los 22 casos analizados, 8 noticias no expresan en modo alguno la identidad racial de la víctima, lo que supone el 36,4% de la muestra. De los artículos que permitieron aprehender esta categoría de análisis, en 11 de ellos las víctimas eran negras (50%) y en 3 las víctimas eran blancas (13,6%). La mayoría de los casos se produjeron en

barrios periféricos de las ciudades de Río de Janeiro y São Paulo. En relación con la violencia letal, el 83% de las víctimas de la letalidad policial fueron mujeres negras. Observamos la relevancia de los marcadores de raza y territorio para comprender el fenómeno de la violencia policial contra las mujeres, ya que afecta desproporcionadamente a los cuerpos negros en territorios racializados. Observamos que en el caso de la violencia policial contra las mujeres entra en juego un nuevo dispositivo: los vídeos. Las imágenes aparecen como el principal instrumento de denuncia de una manifestación invisible de la violencia estatal en Brasil, capaz incluso de contradecir las versiones de la policía.

Palabras Clave: Violencia; Género; Mujeres; Policía; Estado.

Você está aqui para proteger, não para espancar uma mulher."

O agente, então, responde: "Se comporte como mulher."

Folha de S. Paulo, 2021.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema as formas de violência praticadas por policiais contra mulheres, noticiadas pela mídia brasileira entre os anos de 2015 e 2022. O foco da análise é o texto jornalístico e as informações que as notícias descrevem sobre casos em que corpos femininos foram expostos a violência perpetrada por agentes da segurança pública no Brasil.

A motivação para a realização do estudo surgiu de questionamentos a respeito de movimentos que pareciam levar a uma singularidade da violência de gênero e de esgotamentos da compreensão da multiplicidade da mesma, seja pelos perpetradores, seja pelas circunstâncias dos acontecimentos. Assim, a análise das formas da violência policial contra as mulheres na sociedade brasileira procura entender a via pública, o Estado, os agentes da segurança pública e nesse caso, as instituições policiais, como circunstâncias de uma manifestação da violência de gênero que ultrapassa o ambiente doméstico e as relações intrafamiliares.

Salientamos que a escolha por expressões de busca formadas pela palavra *mulher* ocorreu por dois motivos metodológicos: a) as principais leis contra essa violência no Brasil carregam, formalmente, a palavra *mulher*; b) pelo motivo anterior, apreendemos que tal palavra repercute nas representações sociais e midiáticas. Entretanto, esta pesquisa considera a extrema importância da categoria gênero no debate sobre violência no Brasil sabendo que a mesma representa a luta histórica dos movimentos feministas, do feminismo negro e do transfeminismo no combate a

universalização da categoria *mulher*. É essencial expor que este estudo ao referir-se a *mulher* compreende as múltiplas identidades e especificidades que esta categoria abarca. Dessarte, neste trabalho, falar em *mulheres* não reduz o olhar a mulheres cis, brancas e heterossexuais, pelo contrário, compreende as diversas dimensões do *ser mulher* na América Latina (GONZALEZ, 1988).

A respeito da ótica dos trabalhos da segurança pública no Brasil, a abordagem da questão da violência policial discorre sobre o uso da força aplicada pelo Estado e a questão do descontrole da violência em países fundamentados em princípios democráticos (NETO, 1999; LOCHE, 2010). No Brasil, por exemplo, a proporção em crescimento do uso excessivo da força policial não foi ignorada pelos movimentos sociais e por organizações de Direitos Humanos as quais, simultaneamente com a redemocratização, exigiram a garantia dos direitos fundamentais da população como o direito à vida e ao devido processo legal. Todavia, a seletividade da violência estatal e seu atrelamento histórico ao racismo expõe um contexto em que abordar violência da polícia no Brasil, exige entender as particularidades do fenômeno em território nacional.

Conforme o levantamento exclusivo feito pelo G1 dentro do Monitor da Violência em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 2020 o número de óbitos pela polícia foi de 3.596 pessoas, sendo 2.815 delas negras (78%) (SILVA et al., 2021). A partir do cenário exposto e da consciência de que o Estado por meio de seus mecanismos de dominação (LOCHE, 2010) - sendo a polícia um deles - perdura em conduzir violências contra a população negra de forma deliberada, é prudente indagar como o marcador gênero se expressa nesse contexto. O Anuário de Segurança Pública (2021) também evidenciou que as principais vítimas da letalidade policial continuam sendo os homens, no entanto, o percentual de mulheres entre as vítimas dobrou nos últimos anos, passando de 0,8% em 2019 para 1,6% em 2020. Sobre o fato, em 2017, a Agência Patrícia Galvão divulgou que, considerada somente a letalidade oficial do Estado contra mulheres em ações policiais, de 2005 a 2015 foram computadas 75 mortes por “intervenções legais ou operações de guerra”. Destas, 39 vítimas eram pretas ou pardas (52%) (ARAÚJO, 2017). Esse levantamento expõe que as mulheres são atingidas pela ação violenta da polícia e que existe a presença do fator racial nessas manifestações.

Apesar da existência do fenômeno, não temos estatísticas e relatórios que auxiliem no entendimento de como a violência policial atinge as mulheres, e é nesse hiato, do vazio de estudos e dados, que esta pesquisa encontra sua justificativa. O vácuo na literatura que este trabalho se posiciona incita a procura por mecanismos que possam, além de informar a existência desses casos, proporcionar a análise de suas circunstâncias. E para tal exercício, admitimos a análise midiática como “ponto de partida” (PORTO, 2015, p. 33).

A mídia surge como uma “modalidade de coleta de informações” de expressões de violências pouco investigadas (PORTO, 2015, p. 24). Logo, este trabalho optou por ler as notícias de duas formas: a) como fonte de dados para compor o banco de análise; b) como forma de representação do fenômeno da violência. Esta abordagem parte da concepção de Porto (2009) a qual afirma que para o “fazer sociológico” quando “se trata da segurança pública”, “o mais sensato, talvez, seja dizer que interessaria tanto o fato, o acontecimento, como suas representações, que são igualmente parte de sua definição” (PORTO, 2009, p. 219). Ainda, a autora afirma que “entender por que a mídia produz certas representações sobre violência ou segurança pública pode revelar-se mais pertinente do que se preocupar apenas em desmentir tal e qual representação” (PORTO, 2009, p. 219). Por corroborar com sua teoria e considerar a relevância de apreender a violência através do que é dito sobre ela, assumimos os objetivos de analisar o fenômeno da violência e como a reportagem foi produzida.

DA PESQUISA EMPÍRICA AOS ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa procedeu com a busca das reportagens através da ferramenta *Google News* entre 20/01/2022 a 12/03/2022 a partir de quatorze expressões chaves⁶⁰ previamente selecionadas. O total do *corpus* foi de 250 notícias, as quais foram compiladas de acordo com o título, em que eram mantidas aquelas que compreendiam os seguintes critérios: a) critérios de inclusão, notícias que relatam violências perpetradas por policiais, em atividade, contra mulheres, e casos em que a

⁶⁰ Policial agride mulher; policial espanca mulher; policial mata mulher; mulher morta por policial; mulher vítima de bala perdida; mulher morta em ação policial; mulher agredida em ação policial; mãe perde o filho por violência policial; mulher negra espancada por policiais; mulher negra morta por policial; mulher negra vítima de bala perdida pela polícia; mulher negra agredida em ação policial; mulher torturada por policiais; polícia tortura mulher.

violência contra as mulheres decorreu da ação policial, mesmo sem a confirmação de que a bala da lesão e/ou fatalidade foi perpetrada pela polícia, porém com a certeza de que a troca de tiros envolveu a intervenção da polícia; b) critério de exclusão, notícias de violência perpetradas por agentes policiais que assassinaram e/ou agrediram mulheres fora da atividade policial. Cada expressão chave revelou um número de notícias encontradas. Devido ao elevado número de reportagens (250), para viabilizar a pesquisa, foi necessário selecionar uma amostra de 10% do total. As 25 notícias foram selecionadas de maneira aleatória e agrupadas de acordo com a afinidade do tipo de violência registrado na expressão chave: (1) agressão, (2) espancamento, (3) tortura, (4) violência letal, (5) mãe perde o filho por violência policial. Em um segundo momento, as reportagens selecionadas foram compiladas e organizadas em uma planilha na ferramenta *Excel* composta por categorias⁶¹ para posterior análise quantitativa e qualitativa dos dados. As 25 reportagens selecionadas correspondem a 25 casos, ou seja, 25 vítimas. Salientamos que dentro desses 25, 3 correspondem aos casos de mães que perderam seus filhos. Estes casos foram analisados separadamente das demais notícias em decorrência das particularidades dessa forma de violência policial contra mulheres.

DOS RESULTADOS

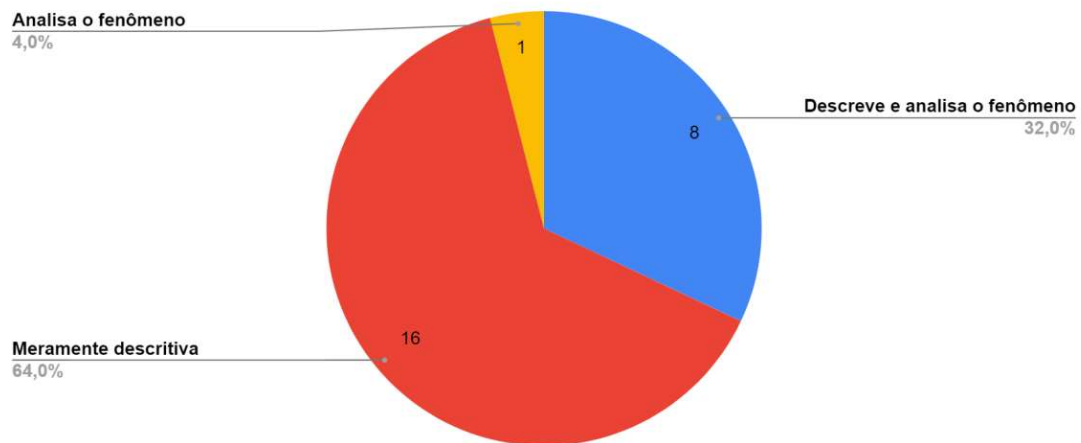
INFORMAÇÕES SOBRE A NOTÍCIA

Com as informações sobre a notícia é possível categorizar as reportagens em três tipos principais: a) *meramente descritiva*; b) *analisa o fenômeno*; c) *descreve a análise o fenômeno*. Com essa categorização apreendemos que as notícias são apresentadas aos leitores e leitoras perante três formatos e que, cada forma orienta um determinado tipo de notícia com conteúdos específicos. O maior número de reportagens foram as do tipo *meramente descritivas* as quais tendem apenas descrever o fato, contendo informações sobre o crime, local do ocorrido, data,

⁶¹ Portal da notícia; Data publicação; Título da notícia; Registro por vídeo; Tipo de notícia; Nome da vítima; Idade da vítima; Cor/raça vítima; Identificação Cor/raça; Profissão vítima; Data do ocorrido; Cidade onde fato ocorreu; Estado onde fato ocorreu; Local onde ocorreu o fato; Bairro onde fato ocorreu; Perpetradores/as da violência; Tipo de violência praticada pelo agente do Estado contra a vítima; Descrição da violência.

perpetrador/a, vítima e o tipo de violência. Como indica a figura abaixo, a maioria das reportagens encontradas são do tipo *meramente descritivas*.

Figura 1 - Percentual do tipo de notícia segundo a amostra dos casos de violência policial contra mulheres no Brasil, 2015-2022.⁶²



Fonte: Elaborado pela autora, conforme notícias coletadas na plataforma *Google News* (2022).

Possibilitando informações em torno do acontecido, as notícias *meramente descritivas*, compõem 64% do *corpus* das 25 notícias e casos, e correspondem àquelas em que o fenômeno da violência policial contra mulheres não foi analisado por nenhuma fonte, nem mesmo pelo texto jornalístico, porém, o caso é descrito, muitas vezes, em detalhes em que o auxílio de fotos e vídeos compõem a linguagem da reportagem. Algo que corresponde com o que Porto (2015) argumenta sobre o anseio da mídia, ao tratar da violência, trazer cada vez mais detalhes sobre o acontecido.

Nesse exercício, abre-se espaço para representações sociais desenvolvidas pela mídia fundamentadas não apenas pelo conteúdo textual, mas também pelo auxílio das imagens. Estas possibilitam maiores detalhes de uma manifestação da violência que encontra na mídia seu principal instrumento de visibilidade. Assim, o registro de imagens foi importante para apreender a relevância dos vídeos nas notícias e seu papel na representação da violência. O vídeo compôs a fonte em 56% das 25 notícias e casos analisados, variando entre filmagens realizadas pela vítima,

⁶²A figura corresponde ao total de 25 notícias e casos.

testemunhas/moradores próximos ao local do fato, pela imprensa, por reportagens de TV, pela instituição policial, ou por fontes não registradas no corpo da reportagem.

Destacamos que em alguns casos a vítima sofreu a violência dos policiais por estar gravando um vídeo pelo celular, seja da violência sofrida por ela, seja por iniciar a gravação de uma violência sofrida por terceiros e no decorrer da filmagem sofrer uma forma de agressão. O último caso pode ser observado no trecho abaixo:

Uma mulher afirma ter sido agredida com chutes e socos por policiais militares, na tarde da última terça-feira (16), em Monte Alegre de Minas. Segundo Luciana Ramalho, a agressão ocorreu porque ela filmou a ação dos policiais durante a prisão do cunhado dela.” (CHAGAS; BORGES, 2021).

O vídeo, então, demonstra sua função como mecanismo de denúncia das violências praticadas por agentes da segurança pública. Em alguns casos o vídeo é a única fonte das notícias o que reflete a sua essencialidade para a mídia. Além disso, outra observação é a presença ativa dos moradores da comunidade na gravação das imagens e, até mesmo, no questionamento das ações da polícia.

Esse contexto assume a existência de uma outra via de denúncia e registro além dos oficiais. Na maior parte das notícias sobre violências e crimes, a fonte principal para a matéria é a própria polícia (RAMOS E PAIVA, 2007): no caso das violências policiais contra as mulheres entra em cena esse novo dispositivo que são os vídeos, capazes inclusive de contrariar as versões da polícia. O vídeo acaba sendo uma forma viável de expor essa manifestação de violência contra mulheres, já que, os veículos governamentais demonstram ser insuficientes.

INFORMAÇÕES SOBRE A VÍTIMA DA VIOLÊNCIA

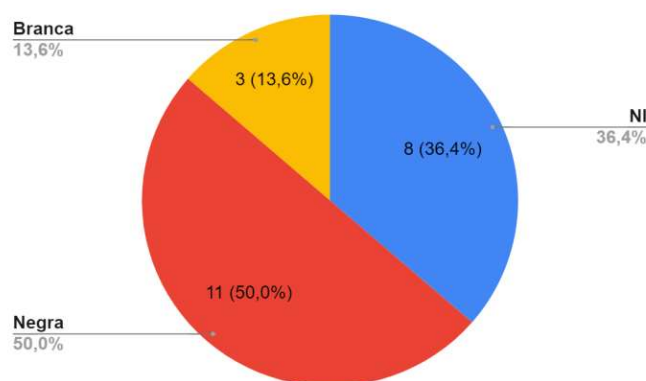
Os percursos desta pesquisa possibilitaram a conclusão de que nos casos analisados ⁶³, metade das vítimas da violência policial foram mulheres negras moradoras dos estados de Rio de Janeiro (31,8%%) e São Paulo (27,3%).

Através dos dados sobre os espaços em que as formas de violência ocorreram, observamos que existe uma concentração das mortes em bairros periféricos. De 22 casos analisados, 6 (27,3%) relatam casos de violência fatal de policiais contra

⁶³ Nos referimos a 22 casos, descritos em 22 notícias compiladas. Assim, 7 casos ocorreram em estados diferentes (1 no Maranhão, 1 no Amapá, 1 no Paraná, 1 na Bahia, 1 em Goiás, 1 no Espírito Santo, e 1 no Pará), 2 ocorreram em Minas Gerais (9,1%), 6 em São Paulo (27,3%) e 7 no Rio de Janeiro (31,8%). Os casos sobre mães que perderam seus filhos (3), não foram incorporados a essa categoria.

mulheres, destes casos, 66, 7% das vítimas da violência letal foram baleadas durante alguma operação da polícia militar na periferia. Estes casos ocorreram nas vias públicas dos bairros Catumbi (RJ), Complexo do Lins (RJ), Vigário Geral (RJ) e Santa Luzia (RJ). Do total de 22 notícias, 8 não expressam de nenhuma forma a identidade racial da vítima, o que compõe 36,4% da amostra. Das matérias que possibilitaram a apreensão dessa categoria de análise, em 11 delas as vítimas eram negras (50%) e em 3 as vítimas eram brancas (13,6%). Em relação a violência letal, 83% das vítimas da letalidade policial eram mulheres negras. A partir das notícias foi possível concluir que, entre os casos que ocorreram entre os anos de 2015 e 2022, metade das vítimas são negras. Como revela os dados abaixo:

Figura 2 - Percentual da cor/raça das mulheres vítimas de violência policial no Brasil segundo a amostra, 2015-2022⁶⁴



Fonte: Elaborado pela autora, conforme notícias coletadas na plataforma *Google News* (2022).

Apesar deste trabalho não ter como objetivo principal abordar marcadores como raça, classe e território, é crucial compreender como os mesmos surgem e estão presentes na forma de violência aqui estudada. Isso pois, o perfil das vítimas quer da violência de gênero quer da violência policial carregam tais marcadores. Fato que, mediante a presente análise, também se estende a violência policial contra mulheres.

A herança da desumanização de pessoas negras no Brasil oriunda da construção de imaginários sociais estigmatizantes, da coisificação e caracterização do corpo negro como mera mercadoria, persiste datando posturas racistas tanto do

⁶⁴ A figura corresponde ao total de 22 notícias e casos.

Estado quanto das instituições que o representam. Perante as contribuições de Sinhoretto e Moraes (2018), podemos adentrar na concepção de que existe uma seletividade racial na violência policial, processo que orienta a compreensão da instituição policial como reprodutora do racismo que estrutura a sociedade brasileira. De acordo com Silvio Almeida (2018), o racismo institucional é uma reprodução de uma ordem social racista. Nessa lógica, o racismo institucional informa que “o racismo transcende o âmbito da ação individual” ao expor “a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, mas não somente o poder do indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional” (ALMEIDA, 2018, p. 36). Além disso, Almeida compreende que as instituições estabelecem e mantêm uma ordem social já estabelecida, algo que evoca o entendimento de que o racismo institucional apenas constitui sua forma perante a existência e predominância de um racismo estrutural já bem edificado, ou seja, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Em relação à idade, observamos uma média de 29 anos. Sobre a profissão das vítimas, elas variam entre comerciante, profissional de saúde, cabeleireira, designer de interior, modelo, autônoma, vereadora e estudante. Destacamos que o caso que relata a vítima vereadora, é sobre o assassinato de Marielle Franco, intelectual e militante dos Direitos Humanos. De acordo com a reportagem, policiais e milicianos são suspeitos de cometer o crime.

INFORMAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA

Os casos encontrados⁶⁵ ocorreram principalmente entre os anos de 2020 e 2021 o que coincide com o período da pandemia do COVID-19. Em relação às formas de violências foi possível concluir que as mulheres são vítimas de abordagens agressivas, interrogatórios praticados mediante tortura, espancamentos graves e além disso, estão expostas a letalidade policial em decorrência de bala perdida

⁶⁵ É preciso enfatizar que as categorias de análise (Nome da vítima; Idade da vítima; Cor/raça vítima; Identificação Cor/raça; Profissão vítima; Data do ocorrido; Cidade onde fato ocorreu; Estado onde fato ocorreu; local onde ocorreu o fato; Bairro onde fato ocorreu; perpetradores/as da violência; Tipo de violência praticada pelo agente do Estado contra a vítima; Descrição da violência) utilizadas na obtenção de determinados dados, subsidiaram a análise de 22 casos, ou seja, de 22 vítimas. Assim, estas categorias de análise não foram utilizadas para o estudo dos casos (3) que correspondem a circunstâncias em que mães perderam seus filhos para a violência policial. Estes 3 casos encontrados foram analisados qualitativamente no capítulo 4.5 deste trabalho.

provenientes de ação da polícia em determinadas comunidades. Em 22 casos, a maioria dessas manifestações ocorre em via pública (72,2%) e são perpetradas por policiais militares (77, 3%). Tal dado informa que a violência contra mulheres também ocorre nas ruas e que a polícia persiste em utilizar o ambiente público como território de controle a partir do patrulhamento ostensivo. As violências em espaço público decorrem, em sua maioria, por meio da abordagem policial em que ora os agentes passavam pela região, ora eram acionados por meio de denúncias.

Ainda, os dados coletados da amostra do presente trabalho revelam que na via pública as mulheres também estão expostas à letalidade. O tipo violência letal corresponde a 27,3% dos casos, ou seja, 6 das 22 vítimas foram mortas em decorrência da ação policial. Como o caso da morte de Luana Barbosa, mulher negra, periférica e lésbica que levava o filho para aula.

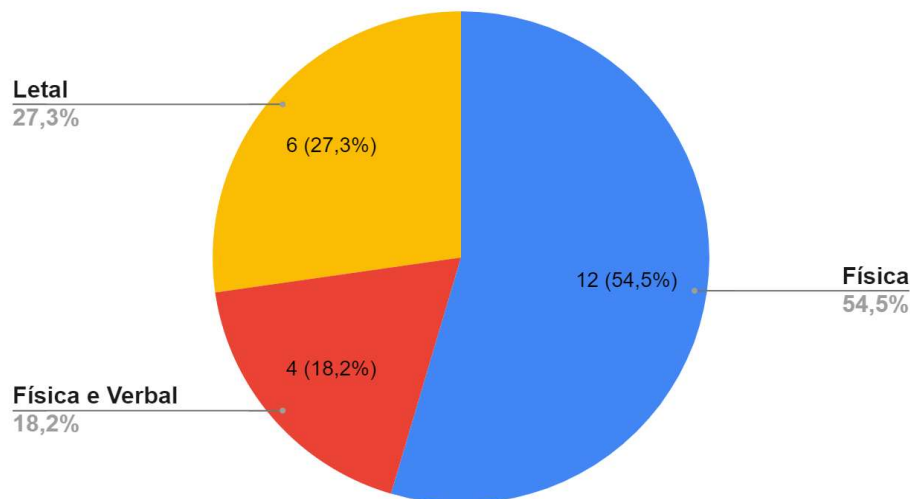
Segundo relatos da família, Luana foi abordada pelos policiais militares quando levava o filho a um curso [...] os dois estavam em uma moto e foram parados na rua da casa dela, no Jardim Paiva. Luana não teria permitido ser revistada, exigindo a presença de uma policial, e acabou sendo agredida. Em um vídeo gravado logo após a abordagem, Luana disse que foi ameaçada de morte pelos PMs. As imagens a mostram sentada na calçada da Central de Polícia Judiciária (CPJ), visivelmente atordoada, com ferimentos no rosto, hematomas nos olhos e nas pernas. Aos 34 anos, ela morreu cinco dias depois, em 13 de abril, em decorrência de isquemia cerebral e traumatismo cranioencefálico, ambos causados por espancamento. [...] O filho de Luana, então com 16 anos, declarou que a mãe foi espancada, inclusive quando já havia sido algemada pelos pés e pelas mãos, e colocada no guarda presos da viatura. (ONU..., 2021).

Ressaltamos a reflexão sobre a via pública também ser o local em que ocorre a maioria dos crimes contra mulheres transsexuais e travestis (JESUS, 2014.). Fator relevante uma vez que uma das notícias relata a agressão de policiais contra uma mulher trans e negra. A abordagem ocorreu na rua e foi carregada de atitudes transfóbicas. De acordo com Jesus (2014), existe no Brasil uma violência estrutural contra a população transgênero que não deve ser ignorada.

Sobre as formas de violências, elas variam entre violências físicas e verbais, em que as primeiras ocorrem em maior constância, como pode ser observado na imagem:

Figura 3 - Percentual dos tipos de violências praticadas por policiais contra mulheres no Brasil segundo a amostra, 2015-2022⁶⁶

⁶⁶ A figura corresponde ao total de 22 notícias e casos.



Fonte: Elaborado pela autora, conforme notícias coletadas na plataforma *Google News* (2022).

As agressões são compostas por tapas no rosto, socos e chutes em diferentes partes do corpo, puxão de cabelo e mata-leão. As vítimas também são arrastadas, sufocadas com o pé, agredidas quando imobilizadas ou com filho/a no colo, agredidas por filmarem e agredidas por interferirem na abordagem policial realizada em terceiros. Entre outras formas de agressão, espancamento e tortura praticadas com instrumentos policiais - boina, cassetete, etc. - ou com outros materiais, como saco de lixo.

Em situações de violências verbais ou as mulheres são submetidas a xingamentos e humilhações ou ameaças, as quais em alguns casos se estendem a seus filhos/as e familiares, além de injúrias racistas, sexistas, transfóbicas e lesbofóbicas. Nesses casos é possível observar que a violência, seja física ou verbal, repercute no cotidiano das vítimas após o acontecido. Ademais, verificamos a relação dos xingamentos machistas contra as mulheres em situações em que o policial exigia respeito e submissão da vítima a sua autoridade. Apesar de serem agentes da segurança pública, os policiais, nesses casos, utilizam o uso da força para legitimar um poder não apenas como policial, mas também como homem em uma dinâmica de dominação de gênero. Tal constatação pode ser observada na reportagem que orientou o título deste estudo:

Neste momento o militar caminha em direção à mulher de blusa preta, lhe dá o tapa no rosto e diz: "Tem que respeitar a polícia. Respeita a polícia". A

mulher volta a encarar os militares e recebe um jato de spray de pimenta nos olhos. (VÍDEO..., 2021).

E em demais notícias compiladas:

“Não ri da minha cara não, se coloca no teu lugar”, a mulher fala para o policial. “Você está aqui para proteger, não para espancar uma mulher.” O agente, então, responde: “Se comporte como mulher”. (POLICIAL..., 2021).

Destacamos que em um dos casos a vítima realizou uma denúncia de violência doméstica contra seu irmão e, ao ser atendida pela PM, é agredida pelos últimos ao pedir que deixem de espancar seu irmão já que não haveria necessidade para tal. Os policiais se irritam e agredem a mulher:

Irritado, um dos policiais começa a brigar com a mulher e a chama de “cachorra”. É possível ouvir no vídeo o agente dizendo “Meta a mão mesmo. Bata nessa cachorra. Essa cachorra merece apanhar mesmo”. Quando a mulher retruca, ele passa a agredi-la com tapas na cara, na frente de várias testemunhas, e chega a derrubá-la no chão. Outro policial pegou a criança no colo e entregou a outra pessoa, enquanto o colega continuava as agressões. (POLICIAL..., 2021).

Para mais, observamos situações em que as mulheres foram agredidas após serem algemadas, e em situações de vulnerabilidade como em período de gestação.

Ainda, as notícias sobre mães que perderam seus filhos para a letalidade policial, possibilitaram a conclusão de que a violência que essas mulheres sentem transcendem dimensões temporais, pois o trauma e o adoecimento ocasionados pela dor são categorizados como permanentes.

Os resultados dialogam com as afirmações de Magalhães (2020) o qual argumenta que as práticas contra as mulheres pela polícia são “práticas rotineiras de desfazimento da vida social local”, variando entre “abordagens truculentas” até “ataques de natureza moral, como xingamentos, desqualificações e ofensas” (MAGALHÃES, 2020, p.13). São como práticas diárias de ferimento a dignidade da pessoa humana. Aliás, além das condutas lesbofóbicas e transfóbicas, os agentes acionam palavras carregadas de insultos como “puta”, “cachorra” e “vagabunda”. Nisso, o policial ao praticar a ação violenta utiliza desses tipos de xingamentos para exigir que a vítima o respeite, utilizando literalmente frases como “respeita a polícia” atrelada a agressão física. Em alguns casos, tais denominações parecem ter o intuito de inferiorizar as mulheres no momento das abordagens agressivas.

CONCLUSÃO

A violência policial atinge as mulheres brasileiras ao interferir nos seus cotidianos. O Estado-força e suas estratégias de controle estruturam uma polícia agressiva e condiciona as ações violentas, estas quando direcionadas às mulheres podem estar carregadas de agressões verbais explicitamente machistas, racistas e transfóbicas. Neste caso, percebemos a existência de um fenômeno invisibilizado na sociedade brasileira sendo pouco abordado em pesquisas dentro da academia. A existente precarização da atenção a essa temática instaura um ambiente em que as vítimas não vislumbram um local seguro para realizar denúncias quando sofrem violências perpetradas por policiais, e isso é visto por ora serem encaminhadas às Delegacias da Mulher, ora a Corregedorias de polícias. O que revela o despreparo e a falta de amparo às vítimas.

Podemos observar particularidades do fenômeno da violência policial contra mulheres no Brasil. Isso ocorre perante a constatação dos vídeos como principal fonte das notícias, situação que expõe serem as imagens obtidas, seja pela vítima, seja por testemunhas/moradores próximos ao fato, um dos únicos mecanismos de denúncia. Assim, o vídeo passa a ser um novo dispositivo capaz de estruturar provas contra violências constantemente silenciadas. Esse dispositivo instaura uma particularidade da midiaticização da violência policial contra mulheres, pois, na maior parte das notícias sobre violências e crimes, a fonte principal para a matéria é a própria polícia (RAMOS E PAIVA, 2007). Lógica que não ocorre nos casos analisados neste trabalho. Tanto as vítimas quanto as pessoas que estão ao seu redor depositam nos vídeos a esperança de que outros e outras vejam as imagens de casos facilmente ignorados pelo sistema de justiça.

As notícias sobre violência apontam para o que Porto (2015) já chamava a atenção: para o clamor, pela súplica ao revelar acontecimentos violentos. Normalmente, essa situação ocasiona respostas punitivistas e direcionadas a elaboração de leis mais rígidas pela parte dos líderes políticos. Essa reflexão corrobora com as notícias estudadas neste trabalho, pois, ao limitar as estratégias de combate ao sistema legislativo e judiciário, as respostas da violência policial elaborada pelos líderes políticos chamados para falar se distanciam da responsabilização do Estado e da própria instituição da polícia militar. As violências são categorizadas como casos isolados “por não representarem a honrosa instituição militar”. Essas constantes manifestações expõem que o tema da violência policial é desviado e pouco encarado

como um problema social o qual demanda ações educativas em adição a políticas eficazes para a prevenção e reparação.

Por fim, este trabalho demonstra como a força do Estado é naturalizada em determinados territórios e que, além de produzir o genocídio da população negra, se materializa como uma manifestação da violência contra mulheres no Brasil. As notícias expõem violências físicas e verbais e aquelas que se estendem ao adoecimento de mulheres que perderam seus filhos pela violência policial. E, apesar de silenciado, os fatos encontrados revelam e chamam a atenção para uma problemática necessária para a discussão da violência de gênero no país. Pois, tanto a ação violenta da polícia, quanto o desamparo e abandono do Estado em relação a essas mulheres, como já descreve Achille Mbembe (2018), revelam um constante deixar morrer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, Ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em 01 mai. 2022.

ARAÚJO, Luciana. Maioria das vítimas de feminicídio, negras foram também 52% das mulheres mortas pelas polícias entre 2005 e 2015. **Agência Patrícia Galvão**, 3 de jul. de 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/maioria-das-vitimas-de-feminicidio-negras-foram-tambem-52-das-mulheres-mortas-pelas-policias-entre-2005-e-2015/?utm_term=Maioria+das+vitimas+de+feminicidio%2C+negras+foram+tambem+52+das+mulheres+mortas+pelas+policias+entre+2005+e+2015&utm_campaign=Contatos+Geral&utm_source=e-goi&utm_medium=email>. Acesso em 01 mai. 2022.

CHAGAS; Isabela; BORGES, Luís Felipe. Mulher afirma ter sido agredida por policiais após filmar abordagem em Monte Alegre de Minas; PM diz que foi desacatada e agredida. **G1 Notícias**, Monte Alegre de Minas, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/11/19/mulher-afirma-ter-sido-agredida-por-policiais-apos-filmar-abordagem-em-monte-alegre-de-minas-pm-diz-que-foi-desacatada-e-agredida.ghtml>>. Acesso em 22 de jun. de 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**, 1988.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**. História Agora, São Paulo, v. 16, p. 101-123, 2014.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **“O que está no mundo não está nos autos”**: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOCHE, Adriana. **A letalidade da ação policial**: parâmetros para análise. Revista Tomo, n. 17, p. 39-56, 2010.

MAGALHÃES, Alexandre. **A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, p. 1-20, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NETO, Paulo Mesquita. **Violência policial no Brasil**: abordagens teóricas e práticas de controle. Cidadania, justiça e violência, p. 130-148, 1999.

ONU pede informações ao Brasil sobre caso Luana; PMs são réus pelo assassinato em Ribeirão Preto, SP. **G1 Notícias**, Ribeirão Preto, 19 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/05/19/onu-pede-informacoes-ao-brasil-sobre-caso-luana-pms-sao-reus-pelo-assassinato-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. de 2022.

POLICIAL agride mulher e a chama de 'cachorra' ao atender ocorrência de violência doméstica no RN; VÍDEO. **G1 Notícias**, Rio Grande do Norte, 16 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/07/16/com-crianca-no-colo-mulher-e-chamada-de-cachorra-e-agredida-por-pm-no-rn-video.ghtml>>

POLICIAL Militar agride mulher em Curitiba durante abordagem; veja vídeo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/policial-militar-agride-mulher-em-curitiba-durante-abordagem-veja-video.shtml>>. Acesso em: 09 mar. de 2022.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 19-37, 2015.

PORTO, Maria Stela Grossi. Brasília, uma cidade como as outras? **Sociedade e Estado**, v. 24, n.3, p. 797- 826, Set./Dez. 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social**, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Ano 4, n. 8, p. 152-171, Jul./Dez. 2002.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência. tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SILVA, Camila Rodrigues da et al. Estados não sabem raça de mais de 1/3 dos mortos pela polícia em 2020; dados disponíveis mostram que 78% das vítimas são negras. **G1 Notícias**, 22 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/22/estados-nao-sabem-raca-de-mais-de-13-dos-mortos-pela-policia-em-2020-dados-disponiveis-mostram-que-78percent-das-vitimas-sao-negras.ghtml>>. Acesso em 03 de mar. de 2022.

SINHORETTO, Jacqueline et al. **Policiamento e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime**. Universidade Federal de São Carlos Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, 2020.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo De Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, n. 64, p. 15-26, 2018.

SINHORETTO, Jacqueline. Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo. **Novos Olhares Sociais**, v. 1, n. 2, p. 4-20, 2018.

VÍDEO mostra PM dando tapa no rosto de mulher durante abordagem: 'Respeita a polícia'. **G1 Notícias**, Tocantins, 02 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/11/02/video-mostra-pm-dando-tapa-no-rostode-mulher-durante-abordagem-respeita-a-policia.ghtml>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

VÍDEO: mulher é agredida e leva 'mata-leão' de PM após briga na Bahia; imagens também mostram que ela é arrastada pelo chão. **G1 Notícias**, 08 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/02/08/mulher-e-agredida-e-leva-mata-leao-de-pm-na-bahia-apos-briga-video-tambem-mostra-que-ela-arrastada-pelo-chao.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. de 2022.